

Indústria e negócio: a estampanaria da região de Lisboa, 1780-1880

INTRODUÇÃO

Neste estudo procuraremos detectar algumas das formas de estruturação da indústria portuguesa no século XIX, a partir da observação de um sector que ocupou então um lugar de destaque no tecido industrial. A indústria de estampanaria, o sector em questão, era sem dúvida uma das mais importantes em finais do século XVIII e em 1881 era ainda, de vários pontos de vista, um dos mais importantes ramos da indústria fabril¹. A conservação dessa posição proeminente por todo um século, atravessando mudanças profundas no enquadramento internacional da economia portuguesa e nas próprias condições de produção, torna o sector da estampanaria particularmente interessante. Protagonista de alguns dos mais precoces e mais importantes empreendimentos industriais, foco das mais vivas polémicas acerca da protecção à indústria, constitui, seguramente, um sector privilegiado para a observação dos condicionalismos que se colocaram à fruste industrialização portuguesa de Oitocentos.

Importância relativa da estampanaria — 1881

[QUADRO N.º 1]

Sectores	Capital/ /trabalhador	Produção/ /trabalhador	Energia/ /trabalhador	Produção líquida
Fiação e tecelagem de algodão	0,71	0,36	0,37	63,8
Lanifícios	0,91	0,47	0,35	40,7
Metalurgia	0,97	0,65	0,25	5,3
Tabacos	1,05	1,69	0,10	37,8
Estampanaria	1,35	1,91	1,44	24,5

Valores médios das maiores fábricas: fiação e tecelagem de algodão (10); lanifícios (13); metalurgia (6); tabaco (6); estampanaria (11).

Unidades: contos de réis e cavalos-vapor.

Fonte: *Inquérito Industrial de 1881*.

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Ver quadro n.º 1.

Dois serão os aspectos que nos vão merecer especial consideração: (1) o lugar do comércio externo e a influência da política tarifária na modelação do sector industrial; (2) a natureza, processo de formação e modo de actuação de um grupo de empresários industriais. Estes dois aspectos reenviam imediatamente para dois dos problemas que mais têm ocupado a historiografia sobre a industrialização e o atraso económico português no século XIX: o dilema entre protecção e livre-cambismo e a propalada timidez das elites económicas portuguesas. Cremos, pois, que a análise do processo de estruturação da estamperia — que, apesar de algumas referências parcelares e do reconhecimento da sua importância², é um sector ainda insuficientemente conhecido — poderá fornecer um contributo para o esclarecimento destas questões.

O nosso estudo, que procurará cobrir todo o período de maior fulgor desta indústria, incidirá principalmente na fase de implantação do sector, pois, como veremos, as condições principais do seu funcionamento, que com importantes adaptações hão-de manter-se por quase um século, estão já configuradas nesse período inicial.

O DESENVOLVIMENTO DA ESTAMPARIA NA EUROPA (SÉCULOS XVIII-XIX)

Muitas vezes esquecida, perante a importância concedida à tecelagem e, sobretudo, à fição dos algodões, a indústria de estamperia desempenhou um papel fundamental nas primeiras fases dos processos de industrialização, impulsionando a concentração fabril e fazendo progredir o sector industrial em geral e o comércio internacional.

Na segunda metade do século XVII e principalmente no século XVIII, os panos de algodão estampados da Índia granjearam, pela sua leveza e pelo colorido dos seus padrões, a preferência dos consumidores europeus. Eram tecidos que podiam substituir com vantagem as sedas, tanto em artigos de vestuário como de decoração. A importação das *indiennes* e dos *calicots* cresceu consideravelmente e as Companhias das Índias Orientais começaram a organizar feitorias para reunirem esses produtos.

² Miriam Halpern Pereira, «'Decadência' ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português», in *Política e Economia. Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, 1979, e «O Estado vintista e os conflitos no meio industrial», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, vol. II, Lisboa, 1982; Jorge Custódio, «Considerações sobre Acúrsio das Neves, os melhoramentos económicos e a industrialização portuguesa», introdução a José Acúrsio das Neves, *Memórias sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada nos Seus Diferentes Ramos* (1820), 3.ª ed., Lisboa, 1983, e «Notas históricas acerca da primitiva indústria de tecidos de Alcobaça e das estamperias portuguesas de 1775-1834», in *Lenços & Colchas de Chita de Alcobaça*, IPPC/Museu de Alcobaça, 1988; David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, 1988-89; Jorge Miguel Pedreira, *Indústria e Atraso Económico em Portugal 1800-1825*, dissertação de mestrado na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 1986.

Do comércio e das feitorias, os Europeus em breve passaram à produção. As primeiras estamparias são introduzidas na Europa durante o século XVII, nos portos ligados ao comércio oriental (Amsterdão, Londres, Marselha). Mas as políticas mercantilistas, a legislação sumptuária e os interesses constituídos dos fabricantes de sedas e de lanifícios conduziram à restrição, quando não à proibição, do fabrico e mesmo do uso de panos de algodão estampados. Contudo, as medidas restritivas acabaram por não ter em geral quaisquer efeitos, além de uma alteração dos centros de localização da indústria (que em parte se transferiu de França para a Suíça): o contrabando generalizou-se e o consumo não diminuiu.

Contando com um vastíssimo mercado europeu, homogéneo no gosto e na moda³, os empresários não enjeitaram uma oportunidade de investimento que se apresentava muito prometedora. Assim, a partir de 1720, a indústria instalou-se na maioria das capitais europeias, onde era mais amplo o mercado, e, por meados do século, difundiu-se a outras cidades, ao mesmo tempo que dava origem a uma maior concentração fabril. Começava então a estamparia a desempenhar as duas funções principais que preencheu nos processos de industrialização: a formação de unidades de produção concentrada — que lhe confere um lugar destacado na transição da indústria dispersa para o sistema fabril; e a constituição de um importante grupo de empresários industriais.

Em algumas cidades organizou-se em grandes estabelecimentos duas ou três gerações antes do aparecimento do *factory-system* da fiação de algodão, aglomerando a mão-de-obra e reunindo os processos produtivos em vastas oficinas que podem justamente ser designadas por protofábricas⁴. Por outro lado, tendo-se tornado um dos maiores negócios da época, juntamente com os tráficos coloniais⁵, a produção e a comercialização de tecidos estampados contribuíram decisivamente para a formação de um poderoso grupo de empresários. Os casos de Peel e Oberkampf, dois dos maiores industriais europeus do século XVIII e do início do século XIX, que empregavam milhares de operários nos seus complexos industriais⁶, são bem conhecidos. Mas não se devem esquecer os numerosos negociantes — e mesmo nobres, no caso da Europa oriental — que se interessaram por este negócio. Deve mesmo sublinhar-se que o êxito de uma grande parte das casas comerciais e bancá-

³ S. D. Chapmann e Serge Chassagne, *European Textile Printers in the Eighteenth Century. A Study of Peel and Oberkampf*, Londres, 1981, p. 6.

⁴ Id., *ibid.*, p. 4; sobre o conceito de protofábrica cf. Hermann Kellenbenz, «Les industries dans l'Europe Moderne (1500-1750)», in P. Léon, R. Gascon e F. Crouzet (dirs.), *L'Industrialisation en Europe au XIX Siècle. Cartographie et Typologie*, Paris, 1972, p. 79, e Sidney Pollard, *Peaceful Conquest. The Industrialization of Europe 1760-1970*, Oxford, 1981, p. 67.

⁵ Louis Bergeron, *Banquiers, négociants et manufacturiers parisiens du directoire à l'Empire*, Paris, 1978, p. 78.

⁶ S. D. Chapmann, «The Peels in the early cotton industry», in *Business History*, vol. XI, (1969); Serge Chassagne, *Oberkampf. Un Entrepreneur au Siècle des Lumières*, Paris, 1980; Chapmann e Chassagne, *European Textile Printers [...]*

rias internacionais, na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX, foi alcançado pela sua participação no negócio dos panos estampados (contribuindo com capitais ou com a abertura de créditos para as estamparias, comprando e vendendo panos à comissão)⁷. Várias foram as grandes dinastias de homens de negócios, em França e na Inglaterra, que se constituíram a partir do negócio de tecidos estampados.

Através das ligações que estabeleceu com os outros sectores dos têxteis (fiação e tecelagem do algodão) e da química, a estamparia contribuiu significativamente para o crescimento industrial em geral. A partir destas relações, Maurice Lévy-Leboyer sugeriu mesmo a existência de dois padrões de industrialização diferentes, tendo a Grã-Bretanha partido dos processos básicos da manufatura, em que integrou as fases de ultimação, enquanto, mais tarde, em França, a opção pela qualidade e pela maior incorporação de trabalho nos produtos teria determinado uma preferência inicial pelos processos de acabamento, e só depois da estamparia vieram a fiação e a tecelagem⁸. De qualquer modo, as tendências para a integração das diferentes fases de fabrico, durante a primeira metade do século XIX, são bem evidentes, e é através dessa integração que a industrialização avança.

FUNDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESTAMPARIA DA REGIÃO DE LISBOA

O fenómeno da extensão da procura dos tecidos de algodão estampados acabaria também por ter reflexos em Portugal. Os Portugueses, pelo seu longo contacto com a Índia, tinham adquirido um precoce conhecimento deste produto, tão importante no comércio oriental e no resgate de escravos. Algumas fontes indicam mesmo que terão sido mercadores portugueses que deram a conhecer as *indiennes* em Marselha⁹. Não há notícia, porém, da autêntica febre de consumo deste género de tecidos que atingiu outros países da Europa e, de qualquer modo, a importação directa de Bengala continuava a satisfazer a procura dos consumidores nacionais e do tráfico de escravos. Lisboa é o único grande porto ligado ao comércio oriental onde não se levantam fábricas de estampar tecidos durante a primeira metade do século XVIII e por meados de Setecentos, quando a indústria se instalou em quase todas as capitais europeias, não apenas na Europa ocidental, mas nos países da periferia (Escandinávia, Europa central e oriental), ainda não chegara a Portugal. Primeiro ponto a destacar: o aparecimento tardio da estamparia em Portugal.

⁷ Maurice Lévy-Leboyer, *Les Banques Européennes et l'Industrialisation Internationale dans la première moitié du XIX^e siècle*, Paris, 1964, p. 419.

⁸ Maurice Lévy-Leboyer, «Les processus d'industrialisation: le cas de l'Angleterre et de la France», in *Revue historique*, n.º 239, 1968, pp. 281-298.

⁹ Chapman e Chassagne, *European Textile Printers [...]*, p. 103.

A primeira tentativa de estabelecer a indústria data, ao que sabemos, de meados do século. Um francês, Pierre d'Angé, oferece-se para fundar uma fábrica de musselinas e de tecidos de algodão vermelho «à indiana», fazendo notar as grandes despesas que eram feitas com a importação desses panos. Definiu-se mesmo, nessa época, um grandioso projecto para o desenvolvimento da fição, tecelagem e estampania de algodões em Portugal, implicando o recrutamento de dezenas de mestres no estrangeiro e a criação de quatro centros de produção no País¹⁰. Simultaneamente, o bispo do Pará, que envidava esforços para introduzir fábricas de panos de algodão para fornecimento das tropas, chamava a atenção de Diogo de Mendonça Corte-Real, então ainda secretário de Estado, para a vantagem de instalar manufacturas de tecidos «pintados». Mas o seu desconhecimento desta indústria revelava-se quando recomendava que se mandassem vir artífices da China. Corte-Real, pelo contrário, parecia informado, sublinhava as dificuldades em fazer vir de Bengala e da costa de Choromândel, onde na realidade se fabricavam os panos estampados, os artífices, que eram «todos mouros», e salientava os problemas técnicos para reproduzir os métodos da tinturaria indiana¹¹.

Estas tentativas acabaram por não frutificar, e só em 1775 se introduziu de facto a estampania de algodões em Portugal. Lembre-se que, entretanto, o comércio asiático se desenvolvera sob o impulso da política pombalina, auxiliando a recomposição «sem ouro» da economia portuguesa. No entanto, como demonstrou Jorge Borges de Macedo, a última fase da política de Pombal é principalmente dirigida para o fomento das manufacturas¹². É justamente neste surto manufactureiro que se integra a fundação da fábrica de tecidos e estampania de algodão estabelecida em Azeitão por uma sociedade entre Estêvão Larcher, mestre tintureiro que trabalhara ao serviço da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre¹³, e José Magalhães, negociante de vinhos em Londres, que obtiveram um auxílio pecuniário para a sua instalação e numerosos favores, idênticos aos das demais fábricas privilegiadas, tais como a isenção de direitos sobre os utensílios, drogas e matérias-primas que importassem para o funcionamento da sua fábrica e ainda dos direitos de saída em Portugal e de entrada nos domínios dos tecidos que exportassem¹⁴.

Esta fábrica de estampania e as primeiras que se seguiram deviam tecer pelo menos uma parte dos seus panos. As provisões concedidas pela Junta

¹⁰ Planos de Pierre d'Angé, chamado em 1751 por Sebastião de Carvalho e Melo, BNL, Col. Pombalina, Cod. 693, fls. 118-128.

¹¹ Carta de Diogo de Mendonça Corte-Real ao bispo do Pará em 29 de Maio de 1756, BNL, Col. Pombalina, Cod. 620, fls. 204-204 v.º

¹² *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1963, e *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Porto, 1951.

¹³ Ana Maria Cardoso de Matos, «A Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre (1772-1788)», in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Actas e Comunicações)*, Coimbra, 1990, vol. II, pp. 1-21.

¹⁴ Alvará 5 de Agosto de 1775.

da Administração das Fábricas do Reino e pela Junta do Comércio pressupunham a instalação de um certo número de teares. E em Azeitão foram efectivamente fomentadas tanto a fiação — primeiro através da distribuição do algodão e de rodas de fiar pela população feminina de Sesimbra e depois pelo uso de *jennies* —, como a tecelagem¹⁵.

Numa primeira fase, as autoridades foram muito cautelosas na concessão de licenças para a instalação deste tipo de estabelecimentos. Três fabricantes viram recusadas as suas pretensões de fundarem estampanarias entre 1784 e 1788 pela Junta da Administração das Fábricas, porque «se não devia facilitar o estabelecimento de mais das de estampanaria pela razão de se acharem já estabelecidas as que produzem mais chitas do que admite o ordinário consumo deste Reyno e suas conquistas»¹⁶. Contudo, em 1788 havia já 18 fábricas de chitas¹⁷ e a posição mais flexível da Junta do Comércio, assumida em 1784, de que a propagação desse tipo de fábricas ainda não era excessiva, convertendo uniformizar os seus privilégios, acabaria por vingar. Conformando-se com o parecer da Junta, a rainha concedeu, por 20 anos, a todas as estampanarias que obtivessem provisão as mesmas graças já atribuídas à fábrica de Azeitão¹⁸. Por isso, na década de 1790 verifica-se autenticamente aquilo que um negociante português mais tarde haveria de chamar «hum frenezim com estabelecimentos de fabricas de estampanaria»¹⁹,

Cronologia do estabelecimento das estampanarias (1775-1831)

[QUADRO N.º 2]

Anos	Fundações	Trespases/ /transferências
1775-1784	5	—
1785-1794	22	9
1795-1804	24	16
1805-1814	4	6
1815-1824	5	5
1825-1831	1	5

Fonte: alvarás e provisões da Junta do Comércio, AHMOP, JC 8.

¹⁵ Timotheo Lecussan Verdier, «Memória sobre as fiações de algodão actualmente estabelecidas em Portugal [...]» (1799), in Manuel da Silva Guimarães, *História de Uma Fábrica*, Santarém, 1976, p. 221.

¹⁶ Consulta da Junta do Comércio de 19 de Novembro de 1788, AHMOP, JC 8, Estampanaria, A.

¹⁷ Luís F. Carvalho Dias, *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra, 1955; J. Custódio, «Considerações [...], in *op. cit.*, p. 52.

¹⁸ Consulta da Junta do Comércio e Real Resolução de 1 de Maio de 1784, AHMOP, JC 8, M.

¹⁹ *Memorias ou Reflexoens sobre o Milhoramento do Commercio de Portugal, Offerecidas ao Soberano Congresso das Cortes Geraes e Extraordinarias. Por Jozé Lopes de Abreo, Negociante Desta Praça de Lisboa*, 1822, AAR, Secções I e II, Cx. 49, n.º 29, fl. 3, já citado por David Justino, *A Formação [...]*, vol. I, p. 136.

ultrapassando as cinco dezenas as provisões passadas entre 1788 e 1800. A rapidez do desenvolvimento da estamperia de Lisboa evoca, aliás, o processo semelhante que ocorreu na Catalunha em 1770-90²⁰.

Se algumas das primeiras unidades cumpriam as determinações legais e associavam a tecelagem e a fiação à estamperia, das outras que depois se foram estabelecendo eram raras as que possuíam teares. Aquelas que se tinham apetrechado com mecanismos de fiação acabaram por abandonar as primeiras fases do fabrico até ao final do século²¹, concentrando-se exclusivamente na estampagem das fazendas brancas de Bengala. Não se exercia qualquer fiscalização sobre o cumprimento da obrigação de manter teares em funcionamento. Um fabricante de Setúbal, contestando a pretensão de uma sociedade que queria fundar uma outra estamperia no mesmo lugar, afirmava peremptoriamente: «[...] o dizerem que se obrigão a manufacturar os algodões necessarios p^a a estamperia da sua Fabrica; de cousa nenhuma serve; por q o mm^o disse eu [...]; e tendo-se passado mais de 10 annos, nem hum só covado tenho mandado tecer, nem cousa alguma a este respeito se me tem preguntado.»²²

A tecelagem nacional não progredia, só a Real Fábrica de Lençaria de Alcobaça parecia em condições de fornecer panos às estamperias. A situação de guerra, os bloqueios e contrabloqueios marítimos, fazendo escassear em 1795-98 os panos da Ásia, deram algum alento à produção nacional e alguns fabricantes de estamperia dispuseram-se a instalar teares. Mas, assim mesmo, as recriminações contra a entrada de tecidos de Bengala repetiam-se. Em 1796, os proprietários da fábrica de Alcobaça afirmavam que as fábricas de estamperia não deixavam «outro beneficio algum mais, q huns pequenos jornaes à pouca gente que occupão», e pediam que fosse observada a proibição da entrada de fazendas de algodão estrangeiras, nelas se incluindo as de Bengala²³. Perante a evidência do divórcio entre estamperia, por um lado, e fiação e tecelagem, por outro, e em face do claro incumprimento das disposições legais, foi promulgado o Alvará de 27 de Abril de 1797 pelo qual se reduziam as isenções de direitos apenas aos panos estampados sobre fazendas brancas nacionais. Incluíam-se nesta definição as que viessem de Goa, Damão e Diu — que, por grosseiras, quase não serviam às estamperias —, mas dava-se um prazo de sete anos para que elas pudessem continuar a gozar os seus privilégios da mesma forma. Assim se estabeleciam normas claras e se reconhecia a impossibilidade de prescindir da importação dos panos de Bengala.

²⁰ James Thomson, *The Catalan calico-printing industry compared internationally*, inédito, cedido pelo autor, p. 77.

²¹ Carta de Timotheo Lecussan Verdier a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 16 de Março de 1802 (BNL, Reservados, Cod. 610, fl. 79), em que se dá conta do encerramento das fiações em seis fábricas da região de Lisboa.

²² Requerimento de Manuel Ferreira Grelho, AHMOP, JC 8, Estamperia, J.

²³ Requerimento de Guillot & C.^a, AHMOP, JC 8, Estamperia, G.

As condições em que se desenvolveu a estamperia determinaram os padrões da sua localização. A princípio podem encontrar-se unidades numa vasta região ao redor da capital, chegando a Leiria, a norte, e a Setúbal, ao sul. Os salários mais elevados, o maior custo da energia e da renda fundiária, a relativa escassez de terrenos apropriados, abundantes de águas, afastam durante algum tempo, enquanto a fição e a tecelagem aparecem associadas à estamperia, certas fábricas da capital. Mas rapidamente as vantagens sobrelevam os inconvenientes e Lisboa — porto que detém o monopólio do comércio da Ásia, que domina as relações com o Brasil (para onde se exporta grande parte dos tecidos), que é o principal centro de consumo do País — concentrará a instalação dos estabelecimentos.

A zona ribeirinha, ao longo do Tejo e do curso final das ribeiras suas afluentes, de Sacavém até Pedrouços, é a mais procurada e nela se vêm implantar cerca de metade das estamparias nacionais, sobretudo em Xabregas, Chelas e junto à ribeira de Alcântara. A partir deste núcleo há uma extensão em dois eixos: por Linda-a-Velha e São Domingos de Rana até Rio de Mouro; e para lá do Tejo, por Alhos Vedros e Coima, até Azeitão. E é justamente nas duas localidades que fecham estas vias de alargamento que se encontram as duas maiores fábricas no primeiro quartel do século XIX, com mais de uma centena de operários. No seu conjunto, esta área agrupava então 85 % das unidades e 95 % dos trabalhadores empregados, pelo que o sector acabava por ter uma tímida expressão em outras regiões, designadamente no Porto²⁴. Este padrão de localização revelará, aliás, uma notável persistência, acentuando-se mesmo depois o lugar predominante de Lisboa.

EMPRESÁRIOS E FORMAÇÃO DO CAPITAL. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA COMERCIALIZAÇÃO. CONFLITOS SOCIAIS

Neste movimento de formação de um novo sector industrial, quem são os protagonistas? Podemos afirmar com segurança que são os negociantes. A maioria dos estabelecimentos levantados neste período inicial partem da iniciativa de negociantes nacionais e estrangeiros. No começo, ainda sob o consulado pombalino, o apoio do Erário terá contribuído para a formação do capital da fábrica de Azeitão, que contou ainda com um auxílio pecuniário sob o governo de D. Maria. Mas são, em geral, os comerciantes que, associando-se, lançam as iniciativas industriais. Mais de 40 negociantes e sociedades por eles formadas — entre os quais existem, pelo menos, 9 estrangeiros — estão ligados à fundação de estamparias na região de Lisboa até 1830²⁵.

²⁴ Jorge Miguel Pedreira, *Indústria e Atraso Económico em Portugal 1800-1825*, dissertação de mestrado inédita, Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 77-78.

²⁵ Cálculo a partir das provisões AHMOP, JC 8, Estamperia.

Nesta primeira fase foram erguidas fábricas com capacidades muito diferentes. Até 1796 surgiram 5 estabelecimentos com um capital de 1500\$000 a 3200\$000 réis, 2 com 6000\$000 e outros 2 com 12 000\$000. Um fabricante afirma ter gasto 16 000\$000 réis na construção de um edifício apropriado para alojar as suas oficinas. Até 1800, o capital inicial médio era de cerca de 7000\$000 réis, mas a maioria das fábricas não atingia os 2500\$000. Ainda em 1813 e 1814 foram instaladas 2 com um capital de 1500\$000 e 2000\$000 réis, mas outras 3, entre 1807 e 1819, possuíam um capital fixo de 8 a 10 contos a preços de 1792²⁶. Deste modo se podem verificar os diferentes níveis a que esta actividade se podia situar. Chegaram a ser pedidas licenças, por alguns artífices — mestres e oficiais —, para o estabelecimento de oficinas com apenas uma banca, quando havia fábricas que, além de vários aparelhos, possuíam vinte ou trinta bancas.

Ocupações dos empresários de estamperia (1775-1831)

[QUADRO N.º 3]

Ocupação	Isolados e em sociedades	Em sociedades com outras ocupações	Total
Negociantes	44,2	5,8	50,0
Mestres e oficiais	30,2	5,8	36,0
Mercadores	3,5	2,3	6,8
Caixeiros e despachantes	3,5		3,5
Capitalistas	1,2		1,2
Outros	3,5		3,5
Total	85,1	14,9	100,0

Em percentagem das provisões de que se conhecem as ocupações dos interessados (70 % do total).

Fonte: AHMOP, JC 8, Estamperia.

Recorrendo ao crédito ou dando início a modestas unidades produtivas, alguns artífices podiam tornar-se empresários. E o mesmo acontecia com mercadores da classe de lençaria ou fanqueiros, a quem cabia, na organização corporativa, a venda a retalho dos tecidos estampados. Para além do custo dos equipamentos, que não era então muito elevado, dada a debilidade tecnológica do sector em Portugal, era necessário adquirir um terreno para a branqueação dos panos. Este entrave podia ser contornado através do arrendamento de hortas e quintais, tanto mais que a concessão pelo Estado dos privilégios de aposentadoria às fábricas protegia-as em caso de conflito com os senhorios, o que várias vezes acontecia.

O montante do capital e a natureza dos empresários dependiam da forma de organização da produção e da comercialização e da mão-de-obra empregada. De facto, o trabalho à comissão, característico do sector da estampa-

²⁶ AHMOP, JC 8, Estamperia.

ria em toda a Europa²⁷ e realizado por conta dos importadores de fazendas de Bengala e dos mercadores e exportadores de chitas, reduzia as necessidades de capital. Em geral, as fábricas vendiam a diversos comerciantes que se encarregavam da exportação, por vezes em diminutas quantidades²⁸. O trabalho à comissão tornou-se muito importante depois das Invasões Francesas. Foi um dos expedientes usados para enfrentar a profunda crise que então se viveu. A partir de então, várias estamparias trabalhavam por encomenda de negociantes ou de fanqueiros²⁹. Esta forma de organização revelaria uma persistência notável — ainda em 1881, metade das fábricas trabalhavam «por conta alheia», «para os principais armazéns de Lisboa», ou para «os negociantes por atacado»³⁰.

Apesar de tudo, o dispêndio de capital era suficientemente importante para mobilizar sobretudo negociantes — o segmento mais importante do sector comercial, como tal definido e classificado pelo poder³¹ —, e inclusivamente para obrigar à constituição de sociedades comerciais. De facto, mesmo que o capital fixo necessário à instalação de uma fábrica não fosse muito importante, o capital circulante, para adquirir os panos brancos e suportar as despesas de funcionamento (aquisição de drogas, pagamento de rendas e salários), era forçosamente elevado no caso das fábricas que não trabalhavam à comissão. Em 1791, um dos dois sócios de uma estamparia recebeu 4400\$000 réis de compensação pela sua saída. Mais tarde, duas sociedades eram avaliadas em 71 e 96 contos, ou seja, perto de 40 vezes o capital inicial de um vulgar estabelecimento. De resto, era a própria Junta do Comércio que fazia anteceder a concessão das provisões de uma investigação da capacidade financeira dos proponentes, porque se decidira a «não permitir igualmente semelhantes privilégios senão a pessoas, que se proporem com fundos suficientes para taes estabelecimentos afim de poderem persistir, e sustentar o seu credito, pois de outra forma se lhe seguiria com muita brevidade a sua

²⁷ Chapmann e Chassagne, *European Textile Printers [...]*, pp. 147 e 151; B. Veyrassat, *Négociants et Fabricants dans l'Industrie Cotonnière Suisse 1760-1840*, Lausana, 1982, pp. 117-118 e 236-279.

²⁸ ANTT, JC, Mç. 71-198, n.ºs 139-266.

²⁹ Pedreira, *Indústria e Atraso [...]*, pp. 164-165.

Numa memória entregue às Cortes em 1821 por João Cristóvão Branco dizia-se: «Quaze todas as fabricas xamadas de chitas desta cidade e seu termo estão no uzo e costume de trabalharem a feitos, q vem a ser resseberem as fazendas em branco por conta dos Fanqueiros com quem se ajustão, e estes pagarem-lhe a pintura a tanto cada covado [...] nellas senão trata mais q da Pintura p^a serviço e dependencia da vontade e fazenda alheia.» AAR, Secções I e II, Cx. 44, Doc. 122. Em consulta da Junta do Comércio de 1792 afirmava-se: «[...] os commerciantes q se achão encarregado de mayores commissoens entregão as suas fazendas aquellas fabricas de melhor conceito, ajustando-se por preços em covado [...] e por isto o mayor mm^o das Fabricas que se achão estabelecidas pouco arriscão de seus proprios fundos» (AHMOP, JC 8, Estamparias M).

³⁰ *Inquérito Industrial de 1881*, parte I, liv. I, Lisboa, 1881.

³¹ J. M. Pedreira, «O 'Genio Empreendedor': espírito de empresa e dificuldades económicas no itinerário de um fabricante português. Custódio Braga (1796-1832)», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 1, 1988, p. 78.

ruína e decadência»³². Por isso, em nenhum outro sector industrial, em finais do século XVIII e começo do século XIX, encontramos esta incidência da associação de capitais. Até 1830, mais de 50 sociedades erigiram ou exploraram estampanias (recebendo 38 % das provisões) e muitas constituíram-se expressamente para o efeito. A associação entre negociantes portugueses e técnicos estrangeiros (suíços, franceses, ingleses, etc.) era corrente. Estes técnicos acabavam, por vezes, por aceder à propriedade da empresa, o que não aconteceu, por exemplo, na Catalunha. Aliás, os artífices que atingiram a condição de empresários eram, na sua maioria (57 %), estrangeiros.

Verificavam-se também múltiplas recomposições das sociedades e as fábricas podiam ser arrendadas pelos seus erectores contra o pagamento de uma quantia anual fixa ou de uma certa quantia por cada côvado de chita fabricado. Alguns negociantes e firmas estão ligados ao lançamento ou à exploração de várias estampanias e os trespasses e dissoluções das sociedades estão longe de ser uma raridade. Segundo um negociante, fazia-se mesmo comércio com a venda dos privilégios e provisões³³. Posteriormente, o interesse de negociantes e de estrangeiros — o caso de Graham é emblemático³⁴ — pelo sector da estampania manteve-se, e bem assim a natureza das firmas, reunindo «homens ricos». Só mais tarde, em plena década de 1870, as sociedades anónimas triunfam, chegando a ser surpreendente a dispersão do seu capital³⁵.

No movimento inicial, o recurso ao crédito era frequente. Não só para o funcionamento corrente das fábricas — sendo o uso da letra de câmbio muito difundido —, mas até para a sua própria instalação. De um empresário se afirmava em 1792 que, quando «obtivera alvará para o estabelecimento [...] não tinha fundos alguns mais que a sua indústria». O mesmo acontecia com uma firma em 1804: «Não tendo entrado os sócios com fundos alguns [...] laborava sempre desde o princípio com créditos, e cabedae alheios.»³⁶ E é ainda um expediente idêntico que encontramos em 1861, quando uma sociedade adquire com dinheiro emprestado os instrumentos de uma fábrica, tendo em vista o seu restabelecimento. Em 1881, o amparo do crédito, apesar de dispendioso (o juro era de 6 %, praticamente idêntico aos lucros declarados pelos industriais), era considerado indispensável. Os «usos do mercado», que impunham a concessão de longos prazos de pagamento, e «as

³² Consulta da Junta do Comércio de 1792. Na mesma consulta pode ler-se: «Vossa Mage me ordena que declare se o Supp^{te} tem fundos competentes para o estabelecimento de huma fabrica de estampania que pretende edificar, visto que as despesas que tem feito na sua Quinta, e o emprestimo que pertendia não constituem fundo solido para o mesmo fim [...]» (AHMOP, JC 8, Estampania, P).

³³ Testemunho de Manuel Ferreira Grelho em 1793, AHMOP, MR 41, Mç. 1.

³⁴ Sobre Graham cf. Maria Filomena Mónica, «Capitalistas e industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, n.º 99, 1987, p. 826.

³⁵ A Companhia Lisbonense de Estampania tinha 116 accionistas em 1882 e 149 em 1889, nenhum dos quais possuía mais de 6,5 % do capital e apenas 5 tinham mais de 3 % (*Relatório da Direcção da Companhia Lisbonense de Estampania e Tinturaria de Algodões*, anos de 1882 e 1889, Lisboa, 1884-91).

³⁶ AHMOP, JC 8, Estampania, P e G.

avultadas sommas que se tem de conservar empatadas nos depositos de matérias-primeiras e de productos» obrigavam os fabricantes a manter em circulação «uma somma de capital desproporcionadamente consideravel» e a «usar do credito tão largamente quanto a prudencia o permitta»³⁷.

Mas, por vezes, o emprego de capital emprestado ia além do que a prudência aconselhava. Daí que, pelo menos no período inicial, as situações de insolvência ocorressem com alguma regularidade, por causa da descapitalização das empresas ou de embaraços encontrados no seu funcionamento. Estas situações podiam ser contornadas pela constituição de sociedades ou de concordatas com os credores, que não deixavam de apresentar problemas na sua execução.

Durante um largo período, a estampanaria constituiu, portanto, um negócio volátil, como de resto aconteceu em outros países europeus. À oportunidade que se abriu acorreram múltiplos empresários, talvez mesmo em número excessivo perante a capacidade do mercado, o que obrigou a alguns reajustamentos. Na memória de 1822 que já citámos dizia-se: «[...] a Junta do Commercio foi inconciderada em conceder Provisoens a tantas [...] As muitas fabricas desta natureza concurrêrão humas para a ruina das outras.»³⁸ No entanto, é de salientar a sobrevivência de 8 fábricas criadas durante o impulso inicial até 1852 e de 3 até 1881, e não deixa de ser significativo que algumas das unidades que depois se estabeleceram se tenham implantado exactamente nos mesmos lugares de fábricas entretanto desaparecidas (por exemplo, a Horta Navia e a Ponte Nova, em Alcântara).

O recurso à associação de capitais e à constituição de sociedades comerciais exigia formas de organização mais complexas e impunha uma certa distribuição de tarefas. Em geral, havia uma distinção entre a administração fabril — que ficava a cargo do mestre da fábrica — e a administração comercial, que cabia ao «caixa» da sociedade. Algumas vezes, a constituição da própria firma, quando reunia negociantes e técnicos, passava por esta demarcação. Num caso, um dos interessados entrava «com a sua indústria e trabalho pessoal para a invenção dos debuxos, composição de tintas, e execução das Manufacturas» e os outros, «Homens de Negocio» com «todo o dinheiro necessario para a sustentação e continuação daquelle Estabelecimento Social, do qual ficarão sendo caixas encarregados das compras e vendas»³⁹. A repartição dos lucros seria igualitária nos dois primeiros anos e, a partir de então, 3/4 pertenceriam aos negociantes. Noutra sociedade, a administração seguia linhas semelhantes (existia um mestre da fábrica e dois caixas administradores), mas um dos sócios ficava encarregado de prover a fábrica com as fazendas e drogas necessárias, sendo reembolsado desse adiantamento ao fim dos seis anos de duração prevista para a sociedade. Os lucros, a dividir igualmente pelos três sócios, só seriam distribuídos no final, sendo entretanto reinvesti-

³⁷ *Inquérito Industrial de 1881*, parte II, liv. I, p. 50.

³⁸ *Memorias ou Reflexoens [...]*, fl. 3.

³⁹ Requerimento de Martinho José de Araújo, 1790, AHMOP, JC 8, Estampanaria, M.

dos; cada um dos interessados podia, no entanto, retirar 600\$000 réis por ano. Quando os técnicos eram simples empregados, nem por isso deixavam de ter um lugar destacado na condução da fábrica. A separação entre gestão comercial e fabril era então uma característica deste negócio⁴⁰.

Mesmo nas suas modalidades tecnologicamente menos sofisticadas, a estamperia exigia uma certa divisão do trabalho. Havia mestres estampadores, abridores de estampas e coloristas (a especialidade mais difícil), que coordenavam respectivamente o trabalho de impressão propriamente dito, de desenho e recorte dos moldes e de preparação das tintas. Estes técnicos eram em grande parte estrangeiros e os seus salários e as despesas do seu recrutamento representavam um dos grandes custos de lançamento de uma destas empresas. A aprendizagem dos processos técnicos mais complexos fazia-se muito imperfeitamente. Um fabricante dizia acerca das fábricas estabelecidas em 1792: «[...] os Mestres dellas erão Estrangeiros, que de nenhuma sorte querião ensinar a fazer as tintas fixas das chitas aos Portuguezes.»⁴¹ Que esta situação se manteve, está a demonstrá-lo o recrutamento, ainda em 1881, de mestres e oficiais ingleses. A insuficiência dos conhecimentos técnicos perdurou por mais de um século.

Não surpreende, portanto, que em Portugal, até finais do século XVIII, não se registre qualquer tentativa de mecanização. O trabalho era feito manualmente através da aplicação de tinta em blocos de madeira ou directamente sobre os tecidos. Por vezes, as fábricas adquiriam os desenhos e os jogos de estampas e havia mesmo um mestre abridor de estampas estrangeiro que trabalhava por sua conta para vários fabricantes. As primeiras máquinas só surgiram no começo do século XIX. Em 1800, Guilherme de Roure, negociante, obtém um privilégio para a introdução na sua fábrica de Alenquer de uma máquina de estampagem por cilindros de chapa de cobre — uma das grandes inovações do século XVIII. Em 1806 havia já mais três engenhos deste tipo em funcionamento, dois numa fábrica do Porto e outro em Lisboa⁴². Por outro lado, a branqueação dos tecidos continuava a ser feita pelo método tradicional da exposição ao sol, e não por processos químicos, obrigando os fabricantes a disporem de prados junto às oficinas, o que, naturalmente, encarecia a instalação e gerava problemas de localização. Este atraso tecnológico — que não é, no entanto, superior ao de outros sectores — seria extremamente duradouro. Só em 1847 é aplicada a primeira máquina de vapor, que permitiria finalmente a introdução das máquinas inglesas de imprimir a quatro cores. Em 1852, só duas fábricas usavam a energia do vapor e ainda em 1881 mais de 1/3 das unidades produtivas con-

⁴⁰ R. Grau e M. Lopez, «Empresai i Capitaliste a la manufactura catalana del segle XVIII. Introducció a l'estudi de les fabriques d'indianes», in *Recerques*, n.º 4, 1974, p. 42-44; Thomson, *The Catalan [...]*, pp. 68-77; Béatrice Veyrassat, *Négociants et Fabricants [...]*, pp. 185-193.

⁴¹ Requerimento de Paulo José da Rocha, AHMOP, JC 8, Estamperia, P.

⁴² Francisco Santana, «Aspectos de inovação na indústria portuguesa durante a segunda metade do século XVIII e o primeiro terço do século XIX», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 29, 1984, pp. 271 e 283; AHMOP, JC 8, Estamperia, V.

tinuavam a estampar por processos manuais⁴³. Entretanto, a branqueação fora abandonada, importando-se os panos ingleses já preparados para a impressão. Porém, um punhado de grandes fábricas utilizavam já a tecnologia mais moderna e empregavam motores de grande potência.

Apesar da sua debilidade tecnológica, as estamarias caracterizavam-se por uma elevada concentração de mão-de-obra. Em 1798, 23 fábricas da região de Lisboa empregavam 682 operários (média de 30), concentrando-se 80% da mão-de-obra em unidades com 25 ou mais trabalhadores⁴⁴. Entre 1815 e 1825, essa proporção reduzira-se a 74% (média de 25)⁴⁵, mas então não se atravessava já um período de prosperidade. Só a indústria do vidro, que se repartia por apenas 5 unidades — incluindo a enorme fábrica da Marinha Grande —, apresentava um índice de concentração superior. Entretanto desenvolvera-se o emprego do trabalho feminino. Em 1798 ainda é raro (só 3 fábricas ocupam mulheres, que são apenas 10% da mão-de-obra). Mas difundiu-se depois até à mecanização do sector. As vantagens estavam não só na «commodidade do preço da mão de obra», mas também na «delicadeza e maior perfeição» do trabalho feito por mulheres⁴⁶. O emprego do trabalho feminino inscreve-se num expediente de recrutar trabalho menos qualificado e mais barato, que começa a ser usado desde os últimos anos do século XVIII. Em finais do século XIX, quando a mecanização penetrou profundamente na produção — reduzindo mesmo o número de trabalhadores —, o emprego feminino praticamente desapareceu, o que distingue as estamarias dos outros ramos dos têxteis.

Fábricas de estamaria

[QUADRO N.º 4]

Anos	Fábricas	Trabalhadores
1789 (a)	23	682
1806 (b)	42	?
1820	38	971
1845	8	420
1852	16	1208
1881	12	908
1890	8	628

(a) Requerimento dos oficiais de estamaria que não inclui na sua lista todas as fábricas existentes. AHMOP, JC 7, Estamaria.

(b) Número referido em várias fontes. Cf. J. Custódio, «Considerações [...]», in *op. cit.*, p. 53, e M. H. Pereira, «Absolutismo reformista e nacionalismo», in *Ler História*, n.º 12, 1988, p. 39, n. 29.

Fontes: *Inquéritos Industriais*, anos respectivos.

⁴³ Justino, *A Formação [...]*, vol. 1, pp. 92-93; *Inquérito Industrial de 1881*, parte II, liv. 1, Lisboa, 1881.

⁴⁴ Havia mais fábricas de que não há informação disponível, AHMOP, JC 7, Estamaria.

⁴⁵ Dados referentes a todos os 40 estabelecimentos conhecidos (999 operários) — cf. J. M. Pedreira, *Indústria e Atraso Económico [...]*, p. 430.

⁴⁶ Testemunho de Guilherme de Roure, AHMOP, JC 8, Estamaria, G.

Assim, em Portugal, como no resto da Europa, a estamperia constituiu um dos sectores onde primeiro se verificou a concentração industrial. Aglomeração de trabalhadores, centralização da produção, existência de um capital mercantil importante contribuem para definir a constituição dessas protofábricas que marcam uma fase significativa no caminho para a indústria moderna. Mas a precocidade desta concentração engendra imediatamente os seus problemas. Miriam Halpern Pereira chamou já a atenção para um conflito que, em 1821, opôs os oficiais de estamperia — que reclamavam contra o emprego generalizado de aprendizes — aos proprietários das fábricas⁴⁷. Ora trata-se de um conflito recorrente, que remonta a 1798. Os oficiais, trabalhadores qualificados, encetaram então uma luta em defesa dessa qualificação — diziam-se membros da corporação dos fabricantes de chitas, que não existia — e dos salários correspondentes. Constituíram para o efeito um procurador, que apresentou à rainha sucessivos requerimentos. Lamentavam o «deploravel Estado de indigencia» que resultava da situação de desemprego em que se encontravam e que atribuíam simplesmente à vontade de os proprietários «se locupletarem» à custa da sua perdição, substituindo-os por aprendizes e mulheres e oferecendo-lhes, quando muito, «o jornal que costuma dar-se a qualquer simples trabalhador». Pediam que fosse observada uma limitação do número de aprendizes, que não deveriam ir além de 4 por cada oficial.

Ouvidos sobre estes requerimentos, 17 fabricantes entregaram na Junta do Comércio uma representação em que faziam o historial da questão. Afirmavam que a raiz do problema estava nos «exorbitantes jornaes» (que iam de 800 a 1200 réis por dia) que os oficiais estavam habituados a receber na fase inicial da indústria, em que não existiam trabalhadores e era preciso trazê-los do estrangeiro, sendo em geral disputados pelas fábricas. Asseveravam ainda que eles, «pela má criação, em que os tinha posto a urgente necessidade que delles havia no principio, se fazião insuportaveis» e que a sua «indole» era «bem conhecida em toda, e qualquer officina, que dependa daquela classe de gente, e bem se tem observado nos dois Reaes Arsenaes da Marinha, e Exercito». Ora, tendo-se os conhecimentos difundido aos aprendizes (crianças de 8 a 10 anos de idade, contratadas pelo prazo de cinco anos a 120 réis diários) e necessitando os fabricantes, perante a concorrência das mais baratas fazendas de contrabando, de «economizar em todos os diferentes ramos da Administração, sendo hum delles, e o que mais precisava de reforma os jornaes dos officiais», reduziram os salários e despediram efectivamente oficiais, porque estes se recusavam a aceitar essa redução, provocando mesmo algumas desordens. Apesar de tudo, os fabricantes procuravam alcançar um acordo, dispondo-se a congelar a admissão de aprendizes e a fixar os jornaes dos artífices mais hábeis entre 480 e 800 réis diários.

⁴⁷ «O Estado vintista [...]», in *op. cit.*, pp. 45 e 58.

Mais radical foi a Junta do Comércio, que, consultada sobre a matéria, verberou os oficiais, entre os quais constava haver alguns «que com espirito revoltoso, e animo inquieto, e insubordinado se tem feito cabeças de motim». Defendia a inteira liberdade de contratação de aprendizes e de negociação de salários como condição da actividade fabril e chegava mesmo a atribuir «em grande parte os agigantados progressos que em breves anos tem feito em Portugal estas Fabricas de estamparia» à «falta de regimentos, de formatura de Corporação, de Procuradores de Classe». O príncipe regente, conformando-se com o parecer da Junta e com a argumentação liberal em que se fundava, indeferiu os requerimentos dos oficiais. Esta luta ressurgiu exactamente com os mesmos contornos em 1819. Nela se revela um movimento com traços corporativos, característico do Antigo Regime, conjugando-se embora com os efeitos de uma concentração industrial que, viabilizando a acção colectiva de operários e patrões, apela a uma agitação mais permanente — a referência aos arsenais é sintomática e podia ser alargada à Real Fábrica das Sedas — em apoio de reivindicações simultaneamente pelo emprego e pelo salário. Enfim, é um conflito próprio das protofábricas, de um novo tipo de organização da produção.

CONSUMO, MERCADOS, EXPORTAÇÃO. A PROTECÇÃO INDUSTRIAL

O aumento da procura de tecidos de algodão foi sem dúvida uma das alavancas da implantação e do crescimento da indústria de estamparia. Se é certo que os panos de algodão representavam ainda muito pouco, pelos anos 1780, no que respeita à roupa da casa e ao vestuário masculino, a verdade é que satisfaziam já 15 % das necessidades do vestuário feminino dos grupos superiores, constituindo as chitas o género mais apreciado (correspondiam a 75 % dos algodões no guarda-roupa das mulheres). As cores mais usadas — depois do branco e do preto — eram o azul (10 %) e os padrões com motivos (14 %) ⁴⁸. É a esta clientela que a estamparia lisboeta procura vender os seus artigos, e facilmente se percebe porque se especializaram os fabricantes na produção de chitas e cortes de saias azuis. Como em toda a Europa, portanto, as chitas começam por ser um sucedâneo das sedas, um artigo de consumo das camadas mais altas, e ainda em 1808 o conselheiro fiscal se referia às estamarias como fábricas de luxo ⁴⁹. Não existiu, porém, em Portugal o frenesim na procura destes tecidos que atingiu outros países europeus. Assim, a indústria de estamparia conseguiu medrar não só porque conquis-

⁴⁸ Nuno Luis Madureira, *Inventários, Aspectos do Consumo e da Vida Material em Lisboa em Finais do Antigo Regime*, dissertação de mestrado, FCSH/UNL, 1989, pp. 92, 99, 128 e 138.

⁴⁹ Serge Chassagne, *La Manufacture de toiles Imprimées de Tournemine*, Paris, 1971, cap. 1, e H. Freudenberg, «Fashion, Sumptuary laws and business», in *Business History Review*, vol. XXXVII, 1963; Parecer do Conselheiro Fiscal, AHMOP, JC 8, Estamparia, G-H.

tou o mercado interno, protegido pela proibição geral das importações⁵⁰, mas também porque penetrou no mercado colonial, onde beneficiava de idêntica protecção. Aliás, a interdição do estabelecimento de manufacturas no Brasil e o seu clima tropical favoreciam o consumo dos panos estampados em Lisboa.

As chitas nacionais já em 1777 eram exportadas para o Brasil, e este negócio veio a adquirir uma importância notável, apesar das dificuldades ocasionais que a guerra criou na década de 1790 ao fornecimento de fazendas brancas da Ásia. Os tecidos de algodão tornaram-se rapidamente a principal exportação das manufacturas nacionais, representando até 1806 cerca de 35 % de todas as saídas de produtos industriais portugueses. Entre os algodões, as chitas e as saias são os géneros dominantes (contribuindo sempre com mais de 75 %). Deste modo, as articulações imperiais foram decisivas para o lançamento do sector da estamperia. Por um lado, o comércio da Ásia, que fornecia as fazendas brancas, por outro, o mercado brasileiro, que servia de escoadouro a uma parte considerável da produção.

Calcular a importância da exportação para este período é, no entanto, muito difícil, mas, para uma época posterior, podemos avançar uma estimativa muito aproximativa, uma vez que os elementos escasseiam. Segundo esta estimativa, as chitas e saias exportadas representavam cerca de 56 % da produção em 1815 e de 84 % em 1825⁵¹. Desta aproximação pode facilmente deduzir-se o peso considerável do mercado exterior no sector da estamperia. A mudança que a abertura dos portos do Brasil e o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 com a Grã-Bretanha introduziram na inscrição da economia portuguesa na economia-mundo causou naturais perturbações à produção. Depois de uma crise profunda, em 1811-12, a exportação de estampados alcançou uma espectacular recuperação, atingindo em 1818 os mesmos níveis do começo do século. Esta recuperação fez-se, porém, à custa de uma significativa baixa de preços (10,6 % ao ano entre 1813 e 1818, superior à geral tendência de quebra, que era de 8 %). A estabilização das quantidades exportadas fez-se depois a um nível elevado, que nem mesmo a independência do Brasil fez baixar consideravelmente⁵². Durante esta fase conturbada, algumas fábricas foram encerradas, outras suspenderam a laboração —alguns testemunhos referem a paragem de quase 40 % das unidades produtivas—, mas surgiram também novos estabelecimentos.

Por outro lado, o sector da estamperia nacional parece ter oferecido uma certa resistência à concorrência inglesa no mercado interno, o que terá deri-

⁵⁰ Apesar das insistências dos Ingleses, desde 1786, para que essa proibição fosse levantada. Cf. Kenneth Maxwell, *Conflicts and Conspiracies. Portugal and Brazil 1750-1808*, Cambridge, 1973, pp. 182-184.

⁵¹ Esta estimativa baseia-se na comparação entre os dados das balanças do comércio e as indicações da produção anual de cada fábrica nos inquéritos efectuados pela Junta do Comércio, AHMOP, JC 12.

⁵² Cf. quadro n.º 5 e Jorge Miguel Pedreira, «Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural», in *Análise Social*, n.º 97, 1987, pp. 577-579.

vado da manutenção da preferência pelos tecidos asiáticos, que era ainda clara em Lisboa na década de 1820⁵³. Este padrão de consumo, conjugando-se com outras condicionantes que têm a ver com a estrutura social dos mercados, explica em parte a grande dificuldade que os tecidos ingleses inicialmente encontraram para penetrar no mercado nacional. As importações excediam o consumo, causando a falência de algumas casas inglesas envolvidas no negócio e impulsionando um poderoso tráfego de reexportação (que chegou a atingir mais de 10% de todas as saídas comerciais para o exterior) e de contrabando para Espanha⁵⁴. Foi justamente com base neste tráfego que a indústria das chitas encontrou um meio para sobreviver, conservando assim o seu carácter exportador. Passou naturalmente por grandes dificuldades, principalmente durante a década de 1830, quando a concorrência se fazia amplamente sentir e as exportações para o Brasil se reduziam, mas haveria de superá-las e retomar alguma da sua antiga pujança.

A pauta de 1837, ao conferir uma protecção muito superior à estampanaria do que à tecelagem⁵⁵, reconhecia apenas a importância que o sector tivera e ainda tinha e reproduzia o anterior padrão de industrialização. Com as novas tarifas — que a legislação aduaneira posterior apenas confirmou —, e beneficiando da diferença que existia entre as pautas portuguesa e espanhola relativamente aos tecidos de algodão ingleses, a indústria de estampanaria viu reproduzidas — ainda que a um nível inferior — as suas anteriores condições de funcionamento. As fazendas brancas deixaram de vir de Bengala, eram importadas de Inglaterra, e as chitas já não iam para o Brasil senão numa pequeníssima parcela, mas para Espanha; de resto, o quadro do negócio era o mesmo.

Os industriais de estampanaria alimentaram um poderoso movimento de exportação e de contrabando para o país vizinho⁵⁶. Em meados do século, o jurado da Exposição Industrial afirmava que eram os Espanhóis os principais consumidores dos panos estampados em Portugal⁵⁷ e, pouco depois, o redactor dos *Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional* não hesitava em atribuir à procura espanhola e à diferença de tarifas a «prosperidade da estampagem e da tinturaria do algodão»⁵⁸. Em 1865, o proprietário de uma fábrica dizia vender a maioria dos seus artigos para o Porto, de onde eram distribuídos pela província e uma boa parte para a Galiza, «onde as nossas estampanarias são bem recebidas», outro declarava que encaminhava as suas fazendas «para as nossas provincias do Sul, passando uma grande parte para o Reino vizinho»⁵⁹. Embora o mercado africano e o próprio mer-

⁵³ N. Madureira, *Inventários [...]*, pp. 103-104.

⁵⁴ Pedreira, «Indústria e atraso [...]», in *op. cit.*, p. 574.

⁵⁵ D. Justino, *A Formação [...]*, vol. 1, p. 137.

⁵⁶ Cf. Pedro Lains, «Exportações portuguesas: a tese da dependência revisitada», in *Análise Social*, n.º 91, 1986, p. 395, e D. Justino, *A Formação [...]*, vol. 1, pp. 216-219.

⁵⁷ *Exposição da Indústria Nacional. Relatório Geral do Jurado*, Lisboa, 1849.

⁵⁸ Já citado por D. Justino, *A Formação [...]*, vol. 1, p. 125.

⁵⁹ *Inquérito Industrial de 1865*, «Actas da comissão de inquérito», Lisboa, 1865, pp. 251 e 253.

cado nacional tenham adquirido uma importância crescente, esta situação parece ter-se conservado até, pelo menos, ao começo da década de 1870, e ainda em 1881 um industrial apontava Barrancos e Monção —ou seja, o contrabando— como mercados para as suas manufacturas⁶⁰.

A partir de meados da década de 1870, porém, é a procura nacional que faz mover o sector da estamperia, incentivando mesmo o estabelecimento de algumas grandes fábricas modernas. Mas este movimento de substituição de importações, que beneficiou da redução dos direitos sobre as drogas, rapidamente se completou, revelando assim a extrema exiguidade do mercado nacional, para que um industrial advertia já em 1865⁶¹. Em 1881, um fabricante falava de um «progresso immenso e extraordinario nos ultimos quatro annos, pelo fructo de estabelecimentos novamente fundados, que juntamente com os antigos abastecem quasi completamente os mercados nacionaes com fazendas que o consumidor aceita perfeitamente»⁶². Daí que

Exportação de tecidos estampados

[QUADRO N.º 5]

Anos	Nacional	Nacional e nacionalizada
1801	181,4	
1805	211,7	
1810	27,8	
1815	103,7	
1820	154,9	
1825	121,7	
1829	138,0	
1842-1843		245,1
1848		172,0
1851		212,5
1855-1856		420,7
1861		284,9
1865-1866	65,0	83,8(a)
1869-1871	85,1	257,4
1874-1876	50,9(b)	
1879-1881	75,1	75,1

Em toneladas métricas.

Os dados de 1801-29 são médias trienais centradas e representam as nossas estimativas baseadas no cálculo do peso de cada côvado de algodão e no preço das chitas exportadas para o Brasil.

(a) Para 1866, as estatísticas da exportação nacionalizada não especificam os tecidos estampados.

(b) Dados de 1874, os únicos disponíveis neste triénio.

Fontes: *Balanças Gerais do Commercio* (1801-30); *Mapas Gerais Estatísticos do Commercio de Portugal* (1842-81).

⁶⁰ *Inquérito Industrial de 1881*, parte I, liv. I, Lisboa, 1881.

⁶¹ «[...] somos, obrigados, em razão dos poucos mercados que temos, a trabalhar em uma grande variedade de artigos», in *Inquérito [...]*, p. 232.

⁶² *Inquérito [...]*, parte II, liv. I, p. 51.

este ciclo da estampania comece a esgotar-se na década seguinte, tanto mais que as grandes fábricas de fiação, que tinham começado a introduzir a tecelagem, dadas as dificuldades de escoamento do fio, vão integrar também a estampania. Trilhava-se com o atraso de um século o caminho da integração, de que a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense dera já o exemplo e que fora uma das vias da revolução industrial no Lancashire.

Importações de panos de algodão

[QUADRO N.º 6]

Anos	Panos brancos e crus	Panos, paninhos e lenços estampados
1842-1843	2388,5	568,7
1848	3215,7	887,7
1851	2696,4	586,3
1855-1856	3646,0	648,8
1861	3813,4	553,6
1865-1866	2940,8	471,2
1869-1871	3507,7	556,3
1874-1876	4674,9	703,3
1879-1881	4885,7	233,9

Em toneladas métricas.

Fontes: *Mapas Gerais [...]*

A ESTAMPARIA, OS EMPRESÁRIOS E A INDUSTRIALIZAÇÃO

A observação do sector da estampania, do modo como se estruturou e desenvolveu ao longo de um século, permite-nos recolocar os problemas de que partimos — a influência da protecção industrial e a natureza e comportamento dos empresários — a outro nível. Os historiadores começaram por se interessar por este sector porque o protecçionismo parecia ter tido uma importância decisiva para a sua implantação e, ao mesmo tempo, para o bloqueamento de outros ramos da indústria têxtil, designadamente da tecelagem. Foi Miriam Halpern Pereira quem primeiro apontou a desarticulação entre fiação, tecelagem e estampania como uma das características dos têxteis portugueses que, na segunda metade do século XIX, teria impedido o seu desenvolvimento. Atribuía essa desarticulação à modelação da indústria que as pautas teriam produzido. Não está agora em causa a cronologia deste desequilíbrio, que a própria Autora rectificou e que é necessário fazer de novo recuar⁶³, mas a apreciação das condições de funcionamento da indústria e

⁶³ Miriam Halpern Pereira, em «'Decadência' ou subdesenvolvimento [...]», in *op. cit.*, p. 66, identificava esta desarticulação com uma consequência da pauta de 1852; rectificou depois a cronologia em «O Estado vintista [...]», in *op. cit.*, p. 36, localizando o desequilíbrio no princípio do século XIX. Como David Justino já notou em *A Formação [...]*, vol. 1, p. 136, é necessária uma nova rectificação, pois essa situação remonta ao último quartel de Setecentos.

das suas relações com os centros de decisão, que deliberavam sobre a política tarifária.

Pudemos verificar que o tardio lançamento da estamperia em Portugal aparece associado a um projecto fabril de desenvolvimento da fiação e da tecelagem. Outras fábricas instalaram também mecanismos de fiação, e o licenciamento das primeiras estamparias supunha o estabelecimento de teares. Todavia, estas iniciativas depressa definharam e o Estado, reconhecendo a ineficácia das suas medidas anteriores, permitiu que as estamparias continuassem a trabalhar sobre fazendas brancas da Ásia. A questão está em saber por que motivo desprezaram os empresários ramos que pareciam prometedores — como a fiação do algodão⁶⁴ — e porque consentiu o Estado, através da Junta do Comércio, a violação das suas disposições.

A resposta à primeira interrogação podemos encontrá-la nas palavras do proprietário de uma fábrica de chitas, que dizia de Henrique Meuron, também fabricante: «[...] persuadio a Junta das Fabricas do Rn^o, e Obras d'Agoas Livres que hia p^a Torres Novas augmentar huma grande Fabrica de Tecidos, e de Estamperia, *porem calculando os interesses desta, e os preços dos Panos da Azia com os tecidos neste Rn^o*, continuou com a Estamperia, e abateo de todo a dos tecidos.»⁶⁵ A facilidade das articulações imperiais e a disponibilidade dos panos crus de Bengala propiciavam a realização de um negócio que trazia «lucros immensos», para usar a expressão de Jácome Ratton⁶⁶, e que era mais fácil e mais vantajoso do que a fiação. Não espanta, por isso, que os comerciantes se tenham tornado os protagonistas do surto da estamperia lisboeta, tanto pelos seus investimentos nas fábricas, como pelas encomendas que faziam aos fabricantes e pelo trabalho à comissão que com eles ajustavam.

Em 1795, quando escasseiam as fazendas da Ásia, já a desarticulação do sector algodoeiro é completa. Algumas estamparias instalam teares, no Porto a tecelagem adianta-se, mas, para responder à procura de fio que então se gerou, e apesar dos protestos dos proprietários da Fábrica de Fiação de Tomar — que manifestamente não podia satisfazer essa procura, tanto mais que só produzia fio de urdidura —, foi permitida a importação de fio inglês. Curioso é notar que os industriais de Tomar acabam por reivindicar licença para importar fio e, de caminho, algumas peças de panos de algodão. Negócio e indústria, longe de se excluírem e oporem na actividade destes empresários, sobrepõem-se e completam-se, apesar das suas aparentes contradições.

⁶⁴ Apesar de beneficiarem de vantagens provenientes do fácil abastecimento de matéria-prima e da interdição das importações. Vantagens para que, de resto, já no século XVIII se chamava a atenção. Cf. *Demonstração das Grandes Utilidades Que Devem Rezultar a Todos Aquelles Que Empreenderem a Fiação e Tecelagem de Algodão em Portugal*, Lisboa, 1795 (atribuído a Jácome Ratton).

⁶⁵ Testemunho de Manuel Ferreira Grelho em 1793, AHMOP, MR 41, Mç. 1 (sublinhado nosso).

⁶⁶ Requerimento de Jácome Ratton (1808), ANTT, JC, Mç. 11, n.º 21.

O Estado prometeu então fazer cessar os privilégios das chitas que não fossem estampadas sobre panos nacionais, mas, reconhecendo já a importância da estamperia, concedeu um longo prazo de sete anos até essa disposição entrar plenamente em vigor. Ultrapassadas provisoriamente as tormentas da guerra, tudo regressou à normalidade, isto é, à importação das fazendas de Bengala. Nem o anúncio de uma cessação, a prazo, dos privilégios introduziu alterações. Tinham razão os proprietários das fábricas. Em 1804, contra a vontade dos tecelões do Porto e dos industriais de Tomar, foram aceites os seus argumentos de que a fiação e a tecelagem nacionais não estavam em estado de fornecer a estamperia, de que seria um grande prejuízo para o Estado se tão «importante giro commercial» viesse a parar, de que a proibição só geraria o contrabando. Manifestavam-se a favor do desenvolvimento da fiação e da tecelagem e prontificavam-se a formar uma companhia que estabelecesse uma grande fábrica para o efeito. Este projecto, naturalmente, não teve continuidade. Assim, os privilégios foram-lhes prorrogados por mais cinco anos, e depois, em 1809, tudo foi ainda mais simples. Obtiveram, rapidamente e sem oposições, resposta positiva a um requerimento em que pediam que fossem abrangidos pelo alvará de 28 de Abril que regulava os privilégios das fábricas. Conservaram sempre as suas vantagens, porque a produção nacional de panos nunca estava em condições de satisfazer a sua procura... Era decisivo o peso da história.

Ao longo do século XIX, os negociantes e fabricantes de estamperia foram alcançando os seus intentos — só não puderam deter o Tratado de 1810 nem, paradoxalmente, obtiveram a satisfação de uma reivindicação mais simples e persistente: o *drawback* dos direitos pagos sobre os panos crus após a exportação dos estampados. Sob o vintismo chegou a ser autorizada a importação de chitas indianas, mas a sua pronta reacção fez regressar imediatamente o regime de proibição⁶⁷. As pautas, em 1837 e depois, deram ampla protecção à estamperia, e em 1852, segundo um industrial de fiação, «foi por causa d'ella, pela pressão que exerceu, que não foi protegido o panno crú». A esta capacidade de pressão não é estranha a precoce concentração industrial do sector, enquanto a tecelagem continuou durante muito tempo a ser exercida nos «dispersos e insignificantes Theares» que existiam desde o começo do século⁶⁸.

A estamperia pôde por isso manter uma posição destacada na industrialização portuguesa. No declinar do século XIX já não impressiona pela concentração de mão-de-obra, mas outros indicadores comprovam a sua importância⁶⁹. Esta persistência faz ressaltar a natureza dos industriais portugueses de Oitocentos. Não se trata de confirmar a falta de espírito de empresa ou a mentalidade retrógrada que é hábito, ainda hoje, atribuir-se-

⁶⁷ Miriam Halpern Pereira, «O Estado vintista [...]», in *op. cit.*, pp. 53-57.

⁶⁸ *Inquérito Industrial de 1881*, parte I, p. 97.

⁶⁹ Cf. quadro n.º 1.

-lhes⁷⁰. É necessário, isso sim, sublinhar a continuidade da imbricação entre comércio e indústria, em que, geralmente, o primeiro predomina. O êxito da estampania terá estado no facto de ter constituído uma excelente oportunidade de negócio, mas resultou com certeza também de ser o sector industrial que mais se aproximava de uma actividade comercial e em que os negociantes desempenhavam um papel de destaque. Uma vez mais se comprova que explorar as oposições entre industriais e comerciantes é uma via de problematização que muito pouco pode contribuir para a compreensão da sociedade e da economia portuguesas no século XIX⁷¹. O antagonismo entre importadores e exportadores, uma das fracturas no interior da burguesia, considerada das mais típicas por certas abordagens teóricas⁷², nem sempre se verifica, e pode acontecer que uns e outros tenham os mesmos interesses ou sejam até as mesmas pessoas, como acontece em Portugal no caso da estampania.

⁷⁰ A este propósito cf. Maria Filomena Mónica, *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, 1990, pp. 16-19.

⁷¹ Cf. as nossas observações em «'O Genio Empreendedor' [...]», in *op. cit.*, pp. 76-79, e em *Indústria e Atraso [...]*, pp. 319-330; cf. igualmente Maria de Fátima Bonifácio, «Comércio externo e política pautal na primeira metade do século XIX», in *Ler História*, n.º 10, 1987, pp. 75-108, e D. Justino, *A Formação [...]*, vol. 1, pp. 125-127.

⁷² Pierre Vilar, *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*, Barcelona, 4.ª ed., 1982, p. 141.